



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARECER Nº 0260/2015

DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA  
3ª COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO E  
DA 7ª COMISSÃO DE ADM., SEG. RELAÇÃO DO TRABALHO,  
ASSUNTOS MUN. E DEFESA DO CONSUMIDOR.

Processo nº - 0003235/15

Relator: Deputado *Edival Gava Filho*

Através da Mensagem nº. 64/15 chega a esta Comissão para receber parecer, o Projeto de Lei nº 203/15 que “Altera a Lei Estadual nº 6.558, de 30 de dezembro de 2004, que institui o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FECOEP, nos termos da Emenda Constitucional Federal nº 31, de 14 de dezembro de 2000”.

Trata-se de proposição que tem por finalidade o incremento da arrecadação das receitas destinadas ao FECOEP, de modo a viabilizar maior investimento em programas de relevante interesse social que priorizem a redução da pobreza, da marginalização, bem como a melhoria dos índices de educação e saúde no Estado de Alagoas.

Para tanto, realiza adequação do disposto no inciso I do caput do art. 2º para incluir, na parte final do dispositivo, o termo “serviços”, tendo em vista que a parcela da alíquota do ICMS destinada ao Fundo não incide apenas sobre mercadorias, mas também sobre os serviços de telecomunicações, os quais, por meio desta proposta, não comportarão exceções.

*[Assinatura]*

Ademais, busca-se a alteração da referida Lei para incluir nas operações e prestações sujeitas à alíquota interna, inclusive para fins de cálculo do ICMS devido por substituição tributária, o adicional de 2% à alíquota do ICMS destinada ao FECOEP.

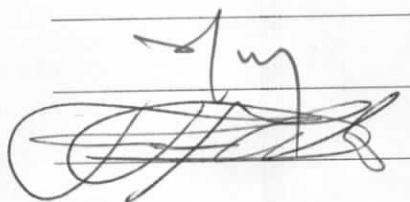
Considerando que a proposição encontra respaldo constitucional e que, do ponto de vista técnico nada havendo que a inviabilize, somos, no âmbito desta Comissão, pela sua aprovação, com a Emenda em anexo.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 28 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_  
1.  PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
RELATOR



\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA Nº \_\_\_\_ AO PROJETO LEI Nº  
203/15.

MODIFICA O § 3º, DO ARTIGO 3º  
DA LEI 6.558/2004.

O parágrafo §3º do artigo 3º da Lei 6.558/2004, passa a vigorar com a seguinte  
redação:

(...)

Art. 3º (...)


(...)

COMISSÃO	
SOMOS PELA APROVAÇÃO DA PRESENTE EMENDA.	
MACEIÓ	____/____/____
____	____
____	____
____	____
____	____
____	____

§ 3º - O adicional de 2% (dois por cento) sobre o ICMS, a que se refere este  
artigo, aplica-se a todas as operações e prestações sujeitas à alíquota interna, inclusive  
para fins de cálculo do ICMS devido por substituição tributária, desde que respeitada a  
regra da não-cumulatividade.

(...)

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em  
Maceió, 28 de Dezembro de 2015.

  
JÓ PEREIRA  
Deputada Estadual

  
Deputado Estadual






ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA

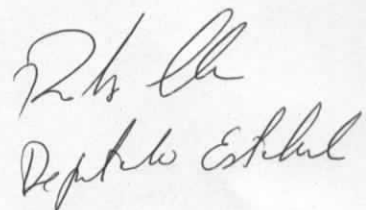
FUNDAMENTAÇÃO A EMENDA MODIFICATIVA Nº \_\_\_\_/15

A presente proposta de emenda modificativa em questão, criar maior segurança para a substituição tributária do ICMS.

Portanto, solicito aos Senhores Deputados que, analise o mérito da questão com a necessidade de aprovação.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE  
ALAGOAS, MACEIÓ, EM 28 DE ~~Dezembro~~ DE 2015.

  
JÓ PEREIRA  
Deputada Estadual

  
Deputado Estadual

